

Prezados(as) leitores(as),

Neste número especial, vocês terão a oportunidade de conferir a tradução para o português de dois textos de Holland: *Are behavioral principles for revolutionaries?* [Os princípios comportamentais servem para os revolucionários?] e *Behavior analysis and positive human values* [Análise do comportamento e valores humanos positivos] – um texto inédito, escrito exclusivamente para o número. Neste texto, Holland segue a linha argumentativa de seus textos políticos da década de 1970: dá exemplos contemporâneos do mau uso da ciência do comportamento, mas também mostra como essa ciência pode ser usada para favorecer, de fato, aqueles que são alvo das intervenções do analista do comportamento. Ele apresenta um conjunto de seis questões que, se levadas em consideração pelo analista do comportamento no planejamento de contingências, poderiam diminuir as chances do mau uso da ciência do comportamento na resolução de problemas humanos concretos.

O texto *Cenário de uma revolução psicológica*, de José Antônio Damásio Abib, mostra afinidades entre a epistemologia da libertação de Ignacio Martín-Baró e a análise do comportamento de J. G. Holland e B. F. Skinner. Esse encontro dá ensejo para se vislumbrar uma revolução psicológica, na qual a psicologia poderia ser usada a favor da libertação das pessoas oprimidas. É inevitável pensar que as aproximações entre análise do comportamento e a epistemologia de Martín-Baró desafiam a análise do comportamento brasileira a ser, de fato, contextual, privilegiando os

problemas do povo latino-americano, e especificamente brasileiro, ao invés de demandas que ecoam outros contextos (como o estadunidense).

A ideia de revolução é alvo de exame atento no artigo de Diego Mansano Fernandes e Júnio Vieira de Rezende intitulado *Da denúncia ao compromisso: servirão os princípios revolucionários para os comportamentalistas?*. Após analisarem o conceito de ‘revolução’ nos textos políticos de Holland, e de situá-los no debate político atual, os autores mostram não apenas que os princípios revolucionários servem aos comportamentalistas, mas que a análise do comportamento tem potencial para acompanhar movimentos sociais revolucionários contemporâneos, a exemplo do *Deep Green Resistance*.

Um exemplo vívido das possibilidades de aplicação socialmente relevante da análise do comportamento é trazido por Celso Pereira de Sá, em *J. G. Holland, contracontrole social e socialização do behaviorismo radical*. Neste texto, Sá reconhece a influência das discussões políticas de Holland sobre sua tese de doutorado, e, em especial, sobre a produção de um material denominado “Cartilha de Contracontrole Social”, desenvolvido como parte da tese. Sá avalia criticamente tal experiência tecendo considerações acerca da possível socialização atual do behaviorismo radical.

Esses textos, em conjunto, dão relevo às potencialidades da análise do comportamento como uma prática

socialmente relevante, colocando em perspectiva algumas críticas tão propaladas de que ela seria necessariamente conservadora e reacionária. No entanto, essas potencialidades não parecem estar sendo bem exploradas pela literatura analítico-comportamental nacional, pelo menos é isso que mostrou a pesquisa bibliográfica descrita no artigo intitulado *O impacto da proposta política de Holland na literatura especializada brasileira* de Emersson Augusto Paixão dos Santos, Carolina dos Santos Garbelotti e Carlos Eduardo Lopes. Investigando o número de ocorrências e como o conceito de contracontrole é descrito na literatura nacional especializada, os autores concluem que a proposta política de Holland não teve a devida repercussão na área.

Quais seriam as implicações da escassez de discussões de natureza política na análise do comportamento? O artigo *To spark a social revolution behavior analysts must embrace community-based knowledge* [Para desencadear uma revolução social analistas do comportamento devem abraçar o conhecimento comunitário], de Guilherme Bergo Leugi e Bernard Guerin, não só recupera os apontamentos de Holland, de que seríamos parte do problema, mas atualiza essa discussão. Isso é feito destacando o que pode acontecer quando a própria população, alvo da intervenção, não é ouvida pelo profissional de psicologia, lembrando um exemplo concreto de como, no passado, o posicionamento de analistas do comportamento acabou acentuando um problema social:

o preconceito contra homossexuais. As consequências funestas dessa falta de discussão ético-política são potencializadas na medida em que a ciência do comportamento pretende expandir sua análise para contextos sociais complexos, sem ter ainda formação metodológica adequada para isso.

Qual é a saída? O texto de Kester Carrara mostra que o analista do comportamento não só precisa, mas deve se posicionar politicamente. Em *Ecoss da “revolução de Holland” na contemporaneidade: práticas culturais, ética e compromisso social*, Carrara chama a atenção para o fato de que o profissional de psicologia deve, necessariamente, orientar sua prática pela busca de uma sociedade mais justa e igualitária. Com isso, permite que a objetividade científica seja colocada em outras bases, para além da neutralidade. Já Isaias Pessotti, em *Análise do comportamento e política*, põe às claras a ingenuidade do analista do comportamento frente ao campo político, destacando a pretensão desse profissional ser ouvido pelos representantes de agências de controle. Por outro lado, seguindo uma linha anarquista, Pessotti defende que uma função política positiva do analista do comportamento seria denunciar todas as formas de controle social, para que o contracontrole parta dos próprios controlados, e não de um projeto científico do analista do comportamento.

Deixamos os(as) leitores(as) com esse rico material, na esperança de que deem continuidade a essa discussão em outros contextos.

Boa leitura a todos e todas!

Carolina Laurenti e Carlos Eduardo Lopes
Maringá, 23 de dezembro de 2015